

"O fenômeno da violência está íntima e diretamente ligado ao sistema que a gera, ao ponto deste não poder mais controlá-la".

Hélio Mariano

JORNAL DO ADVOGADO

OAB

PORTE PAGO

Autorização

Nº 183

AGÊNCIA CENTRAL
ECT/DR/PE

ANO XIII — Nº 7 — ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — RECIFE — PERNAMBUCO — JULHO/84

Advogados comemoram a criação de Cursos Jurídicos



Professor contesta novo Código Civil

Em parecer apresentado ao Conselho Seccional da OAB, o professor José Paulo Cavalcanti mostrou a inconveniência de se criar um novo Código Civil. (Pág. 7).

O sistema político é uma forma de violência

É o que diz o presidente Hélio Mariano em entrevista na página 3. Ele fala sobre a questão da violência que deixa perplexa toda

sociedade, distinguindo a violência institucionalizada emanada de um sistema político e econômico iníquo, da violência direta,

ou estrutural. O presidente da Seccional da OAB defende um novo pacto social.

No dia 6 de agosto, o conferencista será o conselheiro e ex-presidente da Ordem, Joaquim Correia. Dia 7, falará o professor Nilo Pereira. Dia 8, o ministro Seabra Fagundes. Sobral Pinto será o conferencista do dia 9 e, finalmente, falará o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, Sérgio Ferraz.

O vice-presidente e Coordenador do Departamento Cultural da Ordem, Olímpio Costa Júnior, informou que a idéia inicial da OAB e do Instituto dos Advogados de Pernambuco era realizar a Semana na Faculdade de Direito do Recife, em promoção conjunta com a UFPE.

"No entanto — acentuou — infelizmente não foi possível pela não aceitação da diretoria da Faculdade, que já tinha programação própria para a mesma oportunidade e em torno do mesmo evento."

Salário do advogado:

Dê sua sugestão

Até o dia 25 de agosto, a Seccional da OAB em Pernambuco estará recebendo sugestões sobre a questão do salário profissional do Advogado, que é objeto de projeto do deputado José Frejat. Nas páginas 4 e 5, o Jornal do Advogado publica parecer do Conselheiro Carlos Eduardo Vasconcelos sobre o assunto.

JORNAL DO ADVOGADO
OAB

ANO XII — Nº 7
JULHO/84

CONSELHO

Hélio Mariano

Presidente

Olímpio Costa Júnior

Vice-presidente

Mickel Nicoloff

1º secretário

Jorge da Costa Pinto Neves

2º secretário

Nilton Wanderley de Siqueira

Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior

Anamaria Campos Torres

Aurélio Agostinho da Boavista

Bóris Trindade

Carlos Eduardo Vasconcelos

Everardo da Cunha Luna

Geraldo Azoubel

Leucio Lemos Filho

João Pinheiro Lins,

Jório Valença Cavalcanti

José Paulo Cavalcanti Filho

Luiz Piahyllino de Melo Monteiro

Manoel Alonso Emerenciano

Niete Correia Lima

Paulo Marcelo Wanderley Raposo

Romualdo Marques Costa

Silvio Neves Baptista

Urbano Vitalino Melo Filho

Vaudrilo Leal Guerra Curado

Membros natos

José Cavalcanti Neves

Carlos Martins Moreira

Joaquim C. de Carvalho Júnior

Octávio de Oliveira Lobo

Dorany Sampaio

Delegados do Conselho Federal

Corintho de Arruda Falcão

Silvio Curado

Dorany Sampaio

Editores

Olbianio Silveira

Jodeval Duarte

Programação visual

Josias Florêncio

(Quarentinha)

Arte final

Isnaldo Nogueira Xavier

Diagramação, composição
arte-final, fotolitos, impressão

Editora
COMUNICARTE
Produções Jornalísticas

Circulação

A tiragem do Jornal dos Advogados OAB é de 7 mil exemplares e a distribuição abrange todos os advogados inscritos na Ordem. O envio é feito para os endereços profissionais ou residência do destinatário. Se você não o está recebendo, compareça à sede da OAB para atualizar o seu endereço.

Um retrato da Justiça pernambucana

Dorany Sampaio

Ao tempo em que exercia a presidência do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, fui certa vez solicitado pela biblioteca Dóris Santos Dias, a autorizar a saída de livros raros para consulta fora do recinto de leitura.

A biblioteca funciona em regime de empréstimo, mas os livros raros estão excluídos do sistema, somente sendo consultados no próprio salão de leitura. Nesse caso estão preciosos volumes incorporados ao acervo da casa com a doação feita pelo nosso fundador, Joaquim Amazonas.

Logo soube que se tratava de pedido de consulta de coleção de leis do Império, edição raríssima (coligida pelo conselheiro Nabuco de Araújo) feito pelo desembargador Ribeiro do Valle e não hesitei em autorizar, porque sabia estava ele preparando um livro sobre a história do nosso Tribunal de Justiça, ao tempo do Império.

Efetivamente, algum tempo depois era feito em ato solene o lançamento do livro "Uma Corte de Justiça do Império". Pelo título, poder-se-ia imaginar que a obra cuidasse apenas de fastos judiciais, de julgamentos e decisões.

Na verdade muito mais vasta e extensa do que o título, à primeira vista, sugere.

Confesso que é trabalho de leitura fascinante, que aprecia todo o ambiente físico, humano, social e político da região e da época retratada.

Aliás, o estudo antecede de muito a própria criação e existência da Relação, indo buscar suas origens e o funcionamento da justiça desde os tempos coloniais.

A descrição do Recife antigo, recorda coisas como o Arco de Santo Antonio, a Matriz do Corpo Santo, criminosamente demolida, sacrificada à sanha de um desenvolvimento urbano cego e irracional.

Refere até ao aspecto geral que, segundo observação da inglesa Maria Graham era "... mais agradável que o da maioria das cidades marítimas do Brasil, sem excetuar o Rio de Janeiro". E isso em face do asseio das ruas bem calçadas, a brisa constante amenizando a temperatura e a despeito do "tétrico espetáculo do mercado de escravos, com negros famintos, esqueléticos, esfarrapados".

Outra coisa que, acredito, muitos não sabem, é que a Relação foi sediada originariamente no convento dos jesuítas, contíguo à hoje Igreja do Espírito Santo, que sediou, muitos anos mais tarde, a Faculdade de Direito, após ter saído do Mosteiro de São Bento, em Olinda.

Todavia, mais importante do que o simples memorar fatos — tarefa penosa, difícil e de inegável mérito — a análise de situações, sobretudo no que concerne ao Po-

der Judiciário e sua atividade principal de atender à prestação jurisdicional é que avulta de suma importância.

De forma sóbria, porém incisiva, o des. Ribeiro do Valle mostra como a posição do Judiciário no Império era, em tudo e por tudo, semelhante à de nossos dias. A falta de recursos materiais, a pobreza de instalações, a atribuição de minguadas dotações orçamentárias, constituem mal crônico que remonta aos tempos coloniais, transpondo o Império e perdurando até os nossos dias.

Em muitas passagens do seu riquíssimo e afirmativo livro, aqui e acolá, recolhemos as preocupações por esses problemas, causadores da morosidade da prestação e da deficiência geral de toda a máquina judiciária.

Assim é que, reportando-se à época anterior à instalação do Tribunal, quando Pernambuco era ainda uma só Comarca, alude ao relatório do governador da Província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Visconde de Anadia, "salientando a precariedade da administração da justiça e impossibilidade, dadas as grandes distâncias, de proceder o Ouvidor correições, servindo só a descompassada extensão da Comarca de Pernambuco e os muitos cargos anexos à Ouvidoria para dar a um Ministro, que não pode cumprir os seus deveres, quinze ou vinte mil cruzados anualmente".

Como se vê, uma só Ouvidoria, para tamanha extensão territorial, importava em sobrecarga de trabalho e uma aviltante remuneração. Daí mais outra constatação: "A ausência do Ouvidor, durante metade do ano, da cabeça da Comarca, causava sérias perturbações e até prejuízos: paralisação das causas dos presos, ausência de visita mensal à cadeia, atraso nas execuções da Fazenda Real, com exatidão não se fazia a cobrança da décima e dos novos subsídios e a Mesa de Inspeção entregue ao arbítrio dos inspetores, etc."

Em outro passo, refere o livro ao clamor de "clero, nobreza e povo" enviando memorial para a divisão da comarca em duas argumentando com "os incômodos e as privações que há muitos anos sofremos pela rara administração da justiça". Esse "raro" tem outro significado. É que em face de grande extensão territorial ("só de comprimento abrange o melhor de 300 léguas, não contando a sua largura") acontecia que "raros são os Corregedores que aqui tentam vir, conservando-se nos sertões de baixo por serem saudáveis e amenos". O resultado não poderia ser outro senão o apontado nas linhas seguintes: "a dificultosa marcha dos processos, sucedendo ordinariamente

que sendo presos os réus nestas cadeias, ou morrem nelas, ou se eternizam seus livramentos por muitos anos".

Eloquente é, ainda, o relato que faz dos movimentos da sociedade, pela união de "clero, nobreza e povo" já após anos dirigindo à Rainha, D. Maria I, pedido de "mandar dar a providência da Relação que suplicam". E entre muitos motivos dois específicos: "a multiplicação dos negócios da Justiça" e "a tarda administração da justiça punitiva, ocasionando mortes de delinquentes brancos nos cárceres, o mesmo ocorrendo com pardos, pretos e índios dependentes da Junta de Justiça".

As transcrições iriam muito longe. Todavia, o que há a salientar é que a análise dos fatos é muito mais importante ainda do que a sua narração.

As observações agudas, o lógico raciocínio desenvolvido e o que se deixa à meditação dos leitores, expressa muito bem a verdade sobre as condições do Poder Judiciário em todos os tempos, ao longo da história deste País. E veja-se que o livro está situado, no tempo, entre 1589 e 1891...

O serviço em demasia, o pessoal em número insuficiente, a remuneração aquém da condigna. Mas, sobrepairando a tudo, a honradez e a independência dos homens que ao sacerdócio da Justiça se devotaram. Esta tem sido a grande constante. Enfrentar os arremessos dos poderosos para proclamar o direito dos humildes ou dos que oprimidos, reagindo aos tiranos da ocasião, tem sido a marca do Poder Judiciário do nosso glorioso Estado, tão bem retratado no livro primoroso do desembargador Ribeiro do Valle. Ao sabor da narrativa leve e inteligente, que prende a atenção e desperta a imaginação, voltando-a para o passado a tudo isso sobrepõe o exame sereno e desapassionado do historiador para a postura de altivez de juízes que honraram suas togas. O ponto culminante, que é o final do livro, narra "o ocaso heróico e magnífico" da Relação, dissolvida pelo governo republicano por haver corajosamente concedido dois habeas-corpus em favor de vencidos do movimento, sabendo que não aceitaria de fato, como não aceitou tal decisão, a Junta Governativa.

"Uma Corte de Justiça do Império", não deveria ser livro de leitura só para advogados e estudantes, mas para quantos interessados nas maiores e melhores causas do nosso País, precisam de buscar no exemplo do passado a força e o alento para a vida verdadeiramente digna, livre e próspera que desejamos para o Brasil de hoje, como garantia para os que nos sucederem.

(Diário de Pernambuco, 20 de julho de 1984.)

A violência que a todos assusta

Nesta entrevista que concedeu ao Diário de Pernambuco e ao Jornal do Advogado, o presidente Hélio Mariano fala do problema da violência, identificando suas causas. Pena de morte, esquadrão da morte, posição da OAB diante do problema são tratados pelo presidente da Seccional.



1. D.P.: Como o senhor encara a violência, hoje?

H.M. — Ninguém ignora que a sociedade civil se acha acuada e perplexa diante das violências que sobre ela se abatem, gerando uma evidente insegurança social. Todavia, há que se distinguir a violência institucionalizada ou indireta, emanada do iníquo sistema político e econômico em que vivemos, provocando miséria, fome, mingua dos salários, brutal elevação dos bens de primeira necessidade, etc., da violência direta, esta praticada por determinadas pessoas ou grupos de pessoas contra outros indivíduos e que intranquiliza os cidadãos, à medida que podem eles tornar-se vítimas de eventual brutalidade. A segunda, a violência direta, é predominantemente consequência da primeira chamada também de violência estrutural. Para que se elimine esta, indispensável se torna um novo pacto social, uma radical mudança do injusto modelo político e econômico vigente no nosso país, altamente agravado nas duas últimas décadas. Quanto ao combate da violência direta, ao lado do novo pacto social a que me referi, ela também seria eficazmente combatida através do reaparelhamento dos organismos policiais e judiciários, aliado a uma reformulação da legislação própria. Quero concluir dizendo que o fenômeno da violência está íntima e diretamente ligado ao sistema que a gera ao ponto deste não poder mais controlá-la. A tendência natural é o recrudescimento de múltiplas formas de violência, de indivíduo para indivíduo, de indivíduo para grupo ou vice-versa, irradiando-se desmedidamente.

2. Ante o quadro de insegurança social a que o senhor se referiu, que tipo de reação pode advir do cidadão comum?

H.M. — Partindo dessa grave realidade, torna-se compreensível que o homem do povo, o cidadão

comum, vivendo sob o estado de violência generalizada, carente de segurança e, inclusive, num menor ou maior grau sofrendo fortes pressões econômicas, o que o torna por isso mesmo emocionalmente tenso, venha a defender a adoção de meios e instrumentos extraleais para repelir agressões contra a sua incolumidade e de seus familiares. Como exemplo, cite-se os linchamentos, a organização de bandos de extermínio, a liquidação sumária de delinquentes. Mas essa convicção merece toda a nossa repulsa porque a segurança dos cidadãos cabe ao Estado promovê-la. Somente o Estado tem competência para apurar as infrações penais e a sua autoria. Fora disso, estaríamos diante da institucionalização do caos, bem como admitindo que a sociedade civil devesse ser defendida por marginais oficiais e não oficiais.

3. O Senhor acha que o Estado se encontra capacitado para dar segurança ao povo?

H.M. — Não. O Estado se acha realmente capacitado para oprimir o povo, no afã de assegurar o regime autoritário implantado no país. Assistimos freqüentemente a repulsa oficial às legítimas reivindicações partidárias dos vários segmentos da sociedade civil. Basta, por exemplo, um simples anúncio de realização de um determinado protesto popular para que se forme um aparato policial com o claro objetivo de intimidar grupos reivindicantes, ao lado da detenção arbitrária de seus condutores e líderes. Quantas vezes, aqui ao Recife, presenciávamos a cidade robustecida de soldados armados, de policiais civis, ora montados em cavalos, ora acompanhados de cães amestrados, prontos para investir contra o povo sofrido e carente. Assim, o Estado não está preparado para conter as violências diretas que atingem a sociedade, porque o nosso sistema já representa uma violência do tipo

indireto e, como tal, causador das inúmeras formas de violência direta que conhecemos. Sabe-se que uma das funções precípua do Estado é a de assegurar a ordem social. Para tanto, ele terá de conjugar esforços que objetivem o bem comum em todos os níveis. A violência, é importante que se diga, não é desejada pelo indivíduo, nem pelo grupo social. O aperfeiçoamento do homem ao longo das civilizações repele quaisquer formas de violência. Então pergunta-se: as nossas instituições políticas são legítimas e suficientemente idôneas para assegurar a harmonia social? Temos uma sociedade política e jurídica organizada com meios capazes de debelar uma das mais extremas formas de conflito, que é a violência direta? A realidade dos fatos mostra-nos que não.

4. A pena de morte reclamada por muitos não poderia conter o índice de criminalidade?

H.M. — A experiência histórica demonstra que o excesso de rigor na aplicação das penas não contribui para reduzir a criminalidade, considerando que esta decorre de causas profundas e não da maior ou menor intimidação desta ou daquela pena, em particular. Assim, a pena de morte também denominada "homicídio legal" ou "desapropriação por utilidade pública" não constitui uma pena exemplar. Vale ressaltar o judicioso ensinamento do juspensalista Nelson Hungria para quem "a falibilidade do testemunho, a falsa interpretação da prova indiciária e, mais que todos, a pressão da exaltada opinião pública, a exigir bodes expiatórios sob o estímulos da imprensa cor de açafrão, podem levar a justiça a desvios fatais, que, com a execução do condenado, seriam irremediáveis". Assim, compartilhando do pensamento externado pelo eminente jurista brasileiro, não sou favorável ao emprego da pena capital como

sancão punitiva, não vislumbrando, nela conseqüentemente, uma maior eficácia no controle dos atos puníveis.

5. Como vê as manifestações favoráveis a grupos de extermínio, a exemplo do chamado "Esquadrão da Morte"?

H.M. — São irracionais e criminosas. No título IX, do capítulo III, do Código Penal Brasileiro, que trata dos crimes contra a paz pública, está previsto como crime fazer a apologia de crime ou criminoso. Diz expressamente o art. 287: "Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena: detenção, de três a seis meses, ou multa, de mil a três mil cruzeiros". A louvação ou exaltação pública de fato criminoso ou do seu autor constitui, por conseguinte, um crime tipificado no mencionado diploma penal.

6. Qual a exata participação da OAB como integrante da Comissão criada pelo Governador do Estado para apurar fatos tidos como relacionados com a existência de um grupo conhecido como "Esquadrão da Morte"?

H.M. — A OAB não tem competência para apurar infrações penais e sua autoria, posto que é dever do Estado, como sujeito ativo, exercer a atividade investigatória de natureza administrativo-penal, através da Polícia Judiciária, que tem, para tanto, a responsabilidade funcional legamente estabelecida. Assim, tais atribuições ou poderes são próprios do Estado e em razão da sua natureza, indelegáveis. A participação da Entidade na Comissão constituída pelo Senhor Governador do Estado se limita a acompanhar o correspondente inquérito policial instaurado pelo Senhor Secretário da Segurança Pública, não implicando, essa mesma participação pelas razões antes ressaltadas, em divisão de responsabilidade.

Art. 1º - "O salário mínimo profissional do advogado será o valor correspondente a 6 (seis) vezes o maior salário mínimo vigente no País."

Antes de examinar, especificamente, o artigo acima transcrito, tenho a dizer o seguinte:

Seria academicismo ingênuo começar estes comentários com lamúrias face ao progressivo assalariamento no exercício da advocacia. Pretender-se que a industrialização pudesse manter intacto o purismo individualista e artesanal dos antigos advogados, seria frutificar a superficialidade.

É fora de dúvida que vivemos, atualmente, em especial no Brasil, um período de recessão, de enfundamento que, por enfraquecer a empresa, poderia estar revertendo a tendência ao assalariamento da advocacia. No entanto, não será pela falta de emprego que a advocacia liberal se fortalecerá. Com a recessão, o efeito econômico atinge, desfavoravelmente, o liberal e o assalariado. Entretanto, é de se admitir como irreversível a tendência ao avanço tecnológico, que estimula o desenvolvimento de organizações estruturadas profissionalmente.

Como visto, a presença do advogado assalariado deverá obter ainda maior difusão em nosso meio. Assim, a exemplo de tantas outras categorias profissionais, como as dos engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos, veterinários, dentistas e jornalistas, faz-se necessária a fixação de um salário mínimo profissional, para assegurar um "status" básico, compatível com a complexidade do nosso mister. Diversos projetos tramitaram no Congresso nesse sentido.

Na legislatura passada, ao que consta, nove projetos estiveram em tramitação; inclusive um de autoria do Deputado Fernando Coelho. Segundo levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, os projetos abaixo encontram-se, presentemente, em tramitação:

PROJETO	PARLAMENTAR	SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL	JORNADA
36	Adhemar Ghisi	06 salários mínimos	até 4 h/d
183	José Frejat	06 salários mínimos	até 4 h/d ou 20 semanais
1499	Brandão Monteiro	10 salários mínimos	até 4 h/d
171	Hélio Gueiros		20 h/semanais

O Projeto 183, do advogado e ex-Conselheiro Federal, José Frejat que, na legislatura passada, já o havia apresentado sob o nº 5.900, consagra, na íntegra, como atesta Glória Márcia Percinoto, à pág. 62 da Revista da OAB ano XIII, nº 30, setembro/dezembro de 1982, as recomendações do 1º Enade - 1º Encontro dos Advogados Empregados do Rio de Janeiro, aprovadas pelo Conselho Seccional da OAB-RJ, na sessão plenária de 29 de outubro de 1981, ratificadas, com pequenas emendas, pelo 1º EMASP - 1º Encontro de Advogados Assalariados de São Paulo, e, ainda, pelo Instituto dos Advogados do Brasil. Não falta, pois, ao projeto em exame, apoio explícito de importantes órgãos e conclaves de advogados.

Em relação ao artigo 1º, esta Seccional, a meu ver, quanto ao mérito, nada teria a opor, mesmo porque encontra-se ele redigido em consonância com o antigo projeto do deputado Fernando Coelho e com o entendimento aprovado no XI Encontro dos Advogados de Pernambuco, em outubro/81.

Uma ressalva e uma observação faço, porém.

A ressalva no tocante à redação. Penso que o salário mínimo não será "o valor", mas de valor correspondente. . . A atual redação é, pois, neste ponto, imprópria, porque integra ontologicamente dois conceitos distintos: o de salário mínimo e o de valor, que é gênero. A observação prende-se ao constrangimento, que certamente

a todos nós afeta, pela tão só vinculação do salário mínimo do advogado ao salário mínimo vigente no País - desprezível como é - a rigor não deveria servir de parâmetro para nada.

Penso, no entanto, que se deveria acrescentar ao presente artigo um parágrafo único no qual se estabelecesse a inexistência de causalidade entre o mínimo salarial e a duração da jornada de trabalho. Assim, seja a jornada de 2 (duas), de 4 (quatro) ou de 6 (seis) horas diárias, em hipótese alguma, na vigência de vínculo empregatício, o advogado seria remunerado aquém daquele mínimo.

Essa abordagem traria pelo menos duas razões relevantes:

- 1) Evitaria dúvidas e litígios sobre a proporcionalidade tempo/salário;
- 2) Reduziria o possível efeito mimético da remuneração mínima sobre a negociação salarial.

Proponho, pois, um parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo Único: Para os efeitos deste artigo é irrelevante a duração da jornada de trabalho.

Art. 2º - "A jornada de trabalho do advogado terá o limite máximo de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo Único - "A jornada de trabalho do advogado compreenderá o tempo despendido na prática de atos privativos do advogado, de acordo com a lei, ou necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da relação de emprego, mesmo se executados fora do local de trabalho."

Este artigo encerra um grande acervo de perplexidades. O fundamento de sua inclusão no projeto em exame seria de natureza médica. Consoante trabalho elaborado pelo Dr. Luiz Roberto Tenório (especialista em Medicina do Trabalho) sob o título "Contribuição Médico-psicológica à Defesa das Reivindicações dos

Advogados" (Rev. OAB, nº 30, set/dez/82, págs. 71 a 77), é admissível que o advogado produza 08 horas ou mais por dia, mas sua obrigação tarefa junto aos patrões, particulares ou governamentais, deve ser limitada a um máximo de 04 horas. Segundo aquele especialista:

"Os profissionais que se dedicam à Medicina e ao Direito, lidam, diretamente, com os problemas bem mais humanos, com a vida e a morte, com problemas econômicos e sociais que tomam sempre uma feição existencial, como se acontecer com os familiares e patrimoniais, os de manutenção ou perda de "status" (financeiro, profissional, etc.). Ambos vivem bem perto à marginalidade e à criminalidade; enfim, voluntária ou involuntariamente, são envolvidos por esses problemas que bolem com sentimentos, implicam alto grau de emocionalidade e tomam, em geral, caráter dramático, quando não tragicamente passional.

Junta-se a tudo isso, por pressão da classe média, à qual na sua imensa maioria pertencem médicos e advogados, a vivência os problemas existenciais próprios (como, por exemplo, o confronto constante entre a ética profissional e o sistema corrupto onde labutam) e estaremos, então, em condições de compreender o que significa a fadiga psíquica dos trabalhadores ditos liberais e, portanto, a necessidade premente da redução das horas de

O salário do

trabalho mental, que não constitui, simplesmente, fria reflexão racional, isto é, uma pura atividade de inteligência, mas vibrar emocional e permanentemente.

Sou contrário à alínea "b" do bomentado artigo 4º. As diferenciações dos salários dos advogados obedecem a variáveis muito mais sofisticadas do que aquelas aplicáveis aos estagiários. Querer-se estabelecer um percentual em relação a salários de advogados é fantasioso. Imagine-se como seria inviável o aproveitamento de estagiários nas empresas onde todos os advogados, ou o único advogado, fosse(m) bem remunerado(s). Em hipótese como esta, longe de se estimular o estágio, estar-se-ia concorrendo para inviabilizá-lo. Melhor seria suprimir a alínea "b" e integrar a alínea "a" ao caput do art. 4º, como segue:

Art. 4º - O estagiário perceberá como bolsa mínima valor não inferior a 02 (duas) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 5º - "Os honorários de advogado, previstos no art. 20 do Código de Processo Civil, aproveitarão exclusivamente ao advogado ou advogados, sendo nula qualquer convenção que vise destinar tal verba ao empregador.

§ 1º - Os advogados ligados por vínculo empregatício a um mesmo empregador estabelecerão as regras de distribuição da verba honorária entre todos eles.

§ 2º - Fica revogado o Art. 16 da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970."

Quanto a este artigo vale a pena transcrever trecho de sua justificação, tal como formulada pelo autor do projeto, "verbis":

"O contrato laboral é, por sua substância e natureza, oneroso, como decorre dos arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ora, se o empregador for compensado do que paga ao advogado-empregado, deixará de haver, em última análise, a paga do salário pelo empregador, pois o advogado estará, na verdade, recebendo, por via indireta, da parte contrária, o que desnaturaria o contrato de trabalho.

Por outro lado, considerando que, de maneira geral, os advogados de uma só empresa trabalham em conjunto, em estreita colaboração, é justo e curial que os honorários sejam distribuídos entre eles, de acordo com os critérios que eles mesmos estabeleçam.

É forçoso, ainda, revogar o art. 16 da Lei 5.584, de 26.06.70, que atribui os honorários de sucumbência ao sindicato da categoria profissional que der assistência judiciária, nos termos do art. 14 da mesma lei nº 5.584/70."

Embora melhor alimentados (mas nem sempre) e bem dormidos (quando os problemas do cotidiano, próprios e alheios, sempre levados ao transviés, o permitem), predominam, na atividade de tais profissionais, questões que produzem sérios desgastes, impossíveis de acumulação a longo prazo, pois que, no caso, processam-se com maior intensidade e rapidez. Trata-se, aqui do agudo "stress psicológico".

É possível que no Rio de Janeiro ou em São Paulo a limitação da jornada de trabalho em quatro horas funcione. Aqui e, certamente, na maior parte do País, não funcionará. Em conversas com inúmeros médicos amigos - que de há muito obtiveram esse "benefício" - na prática, por serem mal remunerados, correm de empregador a empregador. O da manhã paga o

mínimo, porque o contas, somente tral da tarde remunera o motivo. Enfim, o mé seu custo e riscos, tos excessivos, pade portanto, maior d psíquico. Dizem ele de trabalhar em un todo o dia. Na en mesmo, em empresa ção poderá reduzir c para advogados emp de escritórios de a mas principalmente, de trabalho estimula de burla, com desg profissional do advm ento do advogado nais em atuação na i interação, em pre preponderantemente trabalho. Entendo q nismos que permita na relação de empre lhe possibilitar a em benefício do set

O advogado pode: dispensado da ritu: ponto e, ainda - d seja superior a 04 (q se-ia estabelecer que horas de trabalho, empresa, pudesse ele remunerada, para al onde lhe aproovesse, tervalos para aliment buídos ao conjunto respectiva entidade.

Esses procedimentos realistas, exequíveis i ao aprimoramento d lho do advogado emp Entendo, assim, como por mim pro se compatibiliza con consultoria e assess relação de emprego, o disposto no projei tica, um retrocesso seguinte redação pa 2º:

Art. 2º - A jorn advocat a 4 (qt a este, ras de t império (uma) t atualiza lhe apr dos per tabelci bailusta

Art. 3º - "O esi Ordem Brasil, cessário sional, xima d diárias semanal

Em tese, por scr c diz da advocacia, po a formulação do art. rém, juntar algo do quanto a jornada de com o adiante expost Consoante o art. para obter carta de além de necessariam doutor em Direito, ou 4º ou 5º ano da F precisará, ainda, a) estar matricul viço de orientação de b) haver sido ad de escritório de advo mais de cinco anos, d

rio profissional advogado

Parecer do conselheiro
Carlos Eduardo Vasconcelos.

médico, afinal de
conta, trabalha quatro horas. O
mínimo, pelo mesmo
modo, sofre elevação de
face a deslocamen-
to de novas angústias e,
gasto emocional e
bem que gostariam
de um único local durante
a jornada privada e, até
as públicas, essa limita-
ção do mercado de trabalho
regulados, em benefício
dos advogados renomados,
a limitação da jornada
de trabalho terá formas subreptícias
para o conceito
de advogado. No relaciona-
mento com outros profissio-
nistas haverá menor
juízo do conteúdo
preventivo do seu
trabalho se deve criar meca-
nismos de maior flexibilidade
de trabalho do advogado, para
redução de tensões,
de rendimento técnico.
Por exemplo, ficar
a disposição mecânica da
jornada desde que sua jornada
(quatro) horas — poder-
se-ia, por cada 03 (três)
horas, sob o império da
disposição de uma hora
de atualização e pesquisa,
sem prejuízo dos in-
tervallos e descanso, atri-
buídos empregados da

os me parece mais
a melhor direcionados
as condições de traba-
lhado.

que a flexibilidade,
posterior, muito melhor
as características da
profissão advocatícia sob
Salvo melhor juízo,
representará, na prá-
tica. Proponho, pois, a
a "caput" do art.

de trabalho do
advogado, quando superior
(quatro) horas, ensinará
por cada 3 (três) ho-
ras de trabalho prestado sob o
do empregador, 01
hora remunerada, para
atualização e pesquisa, onde
sempre, sem prejuízo
dos intervallos de descanso es-
tabelecidos na legislação tra-

advogado, inscrito na
Ordem dos Advogados do
Brasil, o estágio ne-
cessário à habilitação pro-
fissional sujeito à jornada má-
xima de 04 (quatro) horas
ou 20 (vinte) horas
semanais.

estagiário no apre-
ndizado se concordar com
30. Vale a pena, po-
que foi comentado
trabalho do advogado

50 da Lei 4.215/63,
estágio, o candidato,
deve ser bacharel ou
estar matriculado no
curso de Direito,

em curso ou ser-
estagiário, ou
mitido como auxiliar
existente desde
e serviço de Assistên-

cia Judiciária e de Departamentos Jurídicos
Oficiais ou de empresas idôneas, a
juízo do presidente da Seção. Esse estágio,
que é destinado à prática profissional, terá,
consoante parágrafo único do referido
artigo 50, a duração de 2 (dois) anos, sen-
do o programa e processo de verificação
do seu exercício e resultado regulados por
Provimento do Conselho Federal.

O Provimento nº 33, de 04.10.67, con-
solidou as normas sobre estágio, que, em
departamentos jurídicos, se realiza sob a
responsabilidade do "advogado-chefe". O
"advogado-chefe" assume o compromisso
de encaminhar o estagiário a audiências,
Cartórios, Tribunais, e a apresentar, anual-
mente, durante os dois anos de duração do
estágio, relatório à OAB, atestando o com-
parecimento a audiências, a frequência à
empresa, o aproveitamento e a conduta
pública e privada do estagiário. Somente
Departamento Jurídico registrado na Se-
ção respectiva da OAB estará habilitado
a admitir estagiários, certo que, para tan-
to, o departamento deverá dispor de uma
infra-estrutura aceitável em termos de ins-
talações, livros técnicos e publicações, que
divulguem as normas federais, estaduais e
outras informações jurídicas necessárias ao
exercício da advocacia. Ressalte-se, enfim,
em caso de dúvida, a verificação de seu re-
sultado por parte da Ordem.

Pelos pressupostos examinados, cons-
tata-se que poucas entidades estão habili-
tadas a propiciar um estágio de prática
profissional, mesmo porque, para caracte-
rização desse estágio, não são poucos os
requisitos necessários. Além do mais, ha-
verá, por parte do empregador, tudo indi-
ca — até mesmo para não ficar adstrito aos
limites da jornada de trabalho — preferên-
cia em contratar estudantes como auxilia-
res no departamento jurídico, com vínculo
empregatício e, portanto, sem a caracte-
rização de estágio de prática profissional.

Entendo, enfim, que continuará mo-
desto o contingente de estagiários nas en-
tidades que poderiam acolhê-los.

Art. 4º — "O estagiário perceberá como
bolsa mínima o valor corres-
pondente ao maior dos se-
guintes valores:
a) 2 (duas) vezes o maior
salário mínimo vigente no
país;
b) 1/3 (um terço) do menor
salário pago a advogado a
serviço do mesmo empre-
gador."

Em relação a este artigo do projeto
vale constatar, como primeiro aspecto
relevante, a bolsa em vez de salário. Nada
mais coerente. É necessária a caracteriza-
ção do estágio como formação profissio-
nal, voltado para a aprendizagem e não
como relação de emprego. O estágio é de
prática profissional e tem conteúdo emi-
nentemente didático, com vistas à forma-
ção do futuro advogado.

Apesar de entender corretos os funda-
mentos da justificação, creio que a maté-
ria é mais complexa do que se afirma no
projeto. As dúvidas que me ocorrem não
se situam no "caput" do artigo, mas nos
seus parágrafos, inclusive nos que se so-
mariam aos 2 (dois) já redigidos.

Os advogados ligados por vínculo em-
pregatício a um mesmo empregador pas-
sarão, conforme projeto, a administrar a
distribuição, entre eles, da verba honorá-
ria. No entanto, sob pena de desvio ético,
não terão, esses advogados, por objetivo
precípua, a aquisição dessa verba, mesmo
porque a relação jurídica fundamental e
determinante será, necessariamente, a de
natureza trabalhista, entre cada um deles
e o seu empregador. Portanto, não me
parece que se possa admitir, nessas cir-
cunstâncias, a hipótese da existência,

entre esses advogados, de uma sociedade
de caráter civil. Ao meu ver caberá, sem-
pre, ao empregador, e nunca ao outro
advogado, os poderes de fiscalização e
avaliação do desempenho profissional do
advogado empregado. O instrumento que
os advogados venham a firmar no sentido
da estipulação das regras de distribuição
da verba honorária deve abrigar critérios
tendentes a evitar futuras perplexidades,
delongas e interferências estranhas ao in-
teresse das partes, para o que se recomen-
da, a nosso ver, adequada previsão legal.

Não creio que seja conveniente incluir
os advogados recém admitidos, portanto,
ainda em fase de observação, nas distri-
buições de honorários efetuadas nessa fase.
Devem ser consideradas, outrossim, as pos-
sibilidades de admissões e demissões de
advogados durante a tramitação do feito
em juízo e as repercussões desses eventos
sobre os contratos em vigor, bem assim
as atuações conjuntas de advogados em-
pregados e não empregados. Outro aspec-
to que merece previsão é o da eventual
inexistência do contrato em que deveriam
ter sido estabelecidas as regras de distri-
buição da verba honorária. Por outro lado,
considerando que a procuração nos autos
não indicará, necessariamente, todos os
advogados vinculados ao empregador e,
evidentemente, não mencionará os valores
que a cada um caberá da verba honorária,
necessário se faz prever que essa informa-
ção seja prestada por alguém, ao serven-
tário competente, na época própria.
Oportuno, outrossim, é que seja expli-
citada a amplitude do conceito mesmo em-
pregador, para efeitos pretendidos. A tí-
tulo de sugestão, seguem, adiante, os pa-
rágrafos que poderiam integrar o art. 5º,
certo que o atual parágrafo 2º passaria a
ter numeração subsequente à do último
dentro os sugeridos abaixo:

§ 1º — Os Advogados ligados por vín-
culo empregatício a um mesmo empre-
gador, sem distinção quanto à pessoa
jurídica interligada, controladora ou
controlada em que se tenha formaliza-
do esse vínculo, estabelecerão as regras
de distribuição da verba honorária
entre todos eles.

§ 2º — O contrato deverá prever a divi-
são proporcional da verba honorária,
em função da duração do vínculo em-
pregatício e das diferenças salariais
entre os advogados, no período com-
preendido entre o ingresso em juízo
e a decisão que ponha fim à demanda,
podendo, ainda, eleger, como variável,
a distinção hierárquica por ocupação
de cargo privativo de advogado perante
o mesmo empregador.

§ 3º — Os advogados admitidos após o
ajuizamento da ação serão incluídos no
rateio, mas ficarão vinculados ao esti-
pulado no contrato, como se o houves-
sem firmado.

§ 4º — Não terão direito a participar
do rateio da verba honorária, salvo ex-
pressa disposição contratual em senti-
do contrário, os advogados que ainda
não tenham completado 3 (três) me-
ses de vínculo empregatício, em re-
lação às causas definitivamente jul-
gadas nesse período.

§ 5º — Salvo a hipótese de estipula-
ção contratual em contrário, nos
casos de atuação judicial conjunta
de advogados empregados e não em-
pregados, a metade dos honorários
da sucumbência caberá aos advogados
empregados.

§ 6º — Quando não tenham sido es-
tipuladas as regras a que alude o pa-
rágrafo primeiro, o rateio da verba
honorária terá como única variável
a proporcionalidade, no tempo, do
vínculo empregatício de cada ad-

vogado, no período entre o ajuiza-
mento da ação e a decisão que en-
cerre a demanda.

§ 7º — O advogado para tanto in-
dicado no contrato ou, na falta de
indicação, o de maior nível hierár-
quico entre os presentes, remeterá,
ao término da demanda, para o ser-
ventário competente, as qualifica-
ções de todos os participantes do
rateio, com discriminação do mon-
tante que a cada um competir.

§ 8º — O empregador fornecerá ao
advogado empregado todas as infor-
mações necessárias ao cálculo do ra-
teio da verba honorária.

Art. 6º — "Na relação de emprego
do advogado, o elemento
subordinação não pode comprometer,
em hipótese alguma, a independência
técnica do profissional, a quem cabe,
com total liberdade, a orientação
técnica a ser dada a cada caso e a res-
ponsabilidade pelos atos praticados."

Muito oportuno inserir-se no corpo
deste projeto de lei o presente dispositi-
vo. Embora a Lei nº 4.215/63 trate, generi-
camente, do direito do advogado exer-
cer, com liberdade, a profissão, é na
relação de emprego onde a maiores
riscos se submete a sua independência
técnica.

Art. 7º — "O disposto nesta lei se
aplica aos advogados que
estão sujeitos a regime de relação de
emprego com pessoa física ou pessoa
jurídica de direito privado ou público
e aos que prestam serviços para en-
tidades sindicais e escritórios de advo-
cacia."

O projeto em exame dispõe sobre ma-
téria relativa à atuação profissional dos
advogados empregados e, também, sobre
os estagiários, que prestam serviços sem
vínculo empregatício. O art. 7º, tal como
redigido no Projeto, não traduz, com cla-
reza, essa diversidade. Em sua parte final
é omitida a figura do estagiário e, quanto
aos advogados, é feita referência aos que
prestam serviços, quando a hipótese é a de
trabalho sob o regime do vínculo empre-
gatício.

No intuito de evitar perplexidades,
proponho a seguinte redação:

Art. 7º — O disposto nesta lei se apli-
ca aos advogados que estão
sujeitos a regime de relação de emprego
com entidade sindical, escritório de
advocacia ou com qualquer outra pes-
soa física ou jurídica de direito privado
ou público, e aos estagiários, como tal
entendidos aqueles que se encontrem
habilitados consoante art. 50 da Lei
nº 4.215, de 27.04.1963.

Por outro lado, acolho proposta apro-
vada em recente reunião do Conselho Fe-
deral, no sentido de acrescentar ao artigo
7º um parágrafo único, com a seguinte re-
dação:

"Parágrafo Único — Compete à justiça
do Trabalho conciliar e julgar as ações
de advogados e estagiários que tenham
por objeto os direitos assegurados nesta
Lei."

Cabe, finalmente, referir que o projeto
de lei em exame trata sobre matéria de in-
teresse profissional. Segundo o art. 18, in-
ciso IX, da Lei 4.215, de 27.04.63, "ver-
bis": Art. 18 — Compete ao Conselho Fe-
deral:

I a VIII — "omissis"
IX — Expedir provimentos de caráter
geral contendo determinações
destinadas à fiel execução desta lei e
dos objetivos da Ordem ou relativos a
matéria do interesse profissional.
Assim, o Conselho Federal da Ordem
dos Advogados do Brasil, pode, no meu
entender, baixar Provimentos relativos
a matéria aqui comentada.

Art. 8º — "Esta lei entra em vigor na
data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário".

Recife, 16 de abril de 1984

CARLOS EDUARDO DE VASCONCELOS
Conselheiro

Eficácia da prestação jurisdicional

Walter Augusto de Andrade

Cabe-me dizer aos ilustres magistrados, antes de explanar o tema por mim escolhido, o quanto honrado me sinto no desempenho desta espinhosa, porém grata tarefa, de que me desincumbo, não pela vaidade natural de advogado alçado a tão alto foro de debates, mas como circunstancial representante dos advogados jurisdicionados pela Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Caruaru, que abrange mais de vinte municípios.

O tema — eficácia da prestação jurisdicional — embora de ideia de alguma dissertação acadêmica, na realidade está inserido no contexto da temática, essencialmente prática, deste encontro: O aprimoramento dos magistrados e a busca de ideias que equacionem e deem solução ao angustiante problema da morosidade na tramitação das demandas judiciais. Isto porque, além de ser objetivo do encontro, não poderia um simples advogado provinciano aventurar-se a expor pontos de doutrina para juristas que, por seu saber jurídico e predicados pessoais, obtiveram aprovação em concurso público e, na função nobilitante que exercem, vêm dando prova do conhecimento científico-jurídico que embasou tal aprovação.

Falo, pois, como advogado que, constantemente assediado por clientes, insiste junto a Juízes de Direito para que os processos tenham andamento rápido e solução mediante sentença justa. E nisto vocalizo o anseio de todos os advogados, como o demonstram pronunciamentos, artigos e envelopes publicados a nível local, regional e nacional, a exemplo do relatório apresentado à Seccional da OAB-PE, em 30.01.84, por comissão especial de estudo formada pelos Drs. Joaquim Correia de Carvalho Jr., Boris Trindade e Helena de A. e Mello, em que, a respeito da demora na Justiça Estadual, dizem: "As causas que retardam a conclusão de um processo judicial são várias, mas, ao parecer dos membros da Comissão, se concentram, essencialmente, nas notórias deficiências de pessoal e de material do Poder Judiciário", aplicando ao caso palavras do Prof. Virgílio Andrioli, da Universidade de Roma, debatidos em Seminário, realizado em 1967, sobre "Os Atuais Problemas do Processo Civil Italiano, verbiis:

"Se em muitos ofícios judiciais, a administração da Justiça não funciona, e aqueles que têm o poder para eliminar este estado de coisas não fazem ou agem de modo insuficiente ou contraproducente, vale dizer que nas várias escolhas que uma coletividade que intenta programar a própria atividade, a ser adotada, a Justiça não é considerada ou ocupa um dos últimos lugares. Se é um fato que a Itália está dotada de autoestradas e de superestradas, enquanto a Justiça ainda é administrada em velhos palácios não funcionais, nos quais as máquinas de escrever não eram, senão de alguns anos para cá, utilizadas sequer para copiar os originais das sentenças, e os magistrados trabalham em condições inaceitáveis para o último dos alunos dos cursos normais, não nos resta mais que registrar o fato sob o plano sociológico e, se o queira, agir sob o plano político. As discussões técnicas são inúteis" ("Gli Attuali Problemi del Processo Civile Italiano"; Mário Buldoni Editore — Roma, 1968, pág. 112)."

aduzindo "Ninguém ignora que a

Nesse caso, que pelo procedimento sumaríssimo deveria encerrar-se em 90 dias, a demora na prolação da sentença, primeiro, depois a lenta confirmação no tribunal de justiça e, agora, a verdadeira ação que é a execução por artigos, tem propiciado uma vida de sacrifícios à autora e filhos, deixando-os na dúvida quanto à eficácia que esperavam da sentença.

Tal morosidade e outros percalços impeditivos da real satisfação de direitos subjetivos, criou e consolidou a crença de que "é melhor um péssimo acordo de que uma excelente questão", levando as partes, especialmente os mais fracos, a abrirem mão de sagrados e assegurados direitos, o que repugna à verdadeira consciência jurídica.

Sabemos que é creditável, em parte, a falha da legislação processual vigente a delonga nas demandas, bastando lembrar o disposto no art. 398 do CPC, que obriga o juiz a dar vistas dos autos, quando juntado documento novo, à parte adversa, o que se constitui o mais das vezes, em eficiente expediente protelatório. Ou a já aludida execução por artigos, verdadeira ação nova, com audiência e demais atos, já que, por força do art. 609 do CPC, nesse tipo de execução se observará o procedimento ordinário.

Entretanto, como assinala Celso

Agrícola Barbi, in Comentários ao Código de Processo Civil, a respeito do art. 125, II que estabelece o "poder-dever do juiz de velar pela rápida solução do litígio", "testudinosos do direito processual e o legislador vivem em permanente preocupação pelos reclamos frequentes contra a morosidade do andamento das causas" (Forense, 24 tiragem da 14 edição, pág. 516, 1977), aduzindo que "o direito processual oscila entre a necessidade de decisão rápida e a de segurança na defesa do direito dos litigantes", objetivos que, segundo tal processualista, se distanciam um do outro, à medida que um ou outro é aplicado. Recomenda, porém, o nomeado autor: "Dentro das limitações que lhe impõem as normas do Código, deve o juiz procurar acelerar o andamento do processo. E poderá realmente fazê-lo, através de vigilância constante sobre a movimentação das causas, não permitindo que os auxiliares da Justiça retardem, sem motivo, a prática dos atos que lhes incumbem. Para alcançar esse objetivo, deve também o juiz reprimir atividades protelatórias ou inúteis, provocadas pelos advogados". A propósito, sugere o Relatório da Seccional da OAB-PE:

"Impõe-se, nesse particular, o rigoroso cumprimento por parte dos magistrados e serventuários, dos horários do expediente forense, processando-se, com pontualidade, os atos processuais, assim como dos prazos previstos em lei, pois, se é certo que o acúmulo de serviço justifica em parte o descumprimento dos prazos, nada pode explicar a desobediência reiterada dos horários das audiências, por parte de alguns juízes, assim como nada pode justificar o retardamento, até por anos, na prolação de uma sentença e até de um simples despacho".

Infelizmente, causas as mais várias, a começar pelo já célebre motivo do acúmulo de serviço forense, têm servido de pretexto à morosidade dos feitos. Afe parece que somente o advogado é que tem a obrigação de cumprir prazos.

maioria das comarcas interioranas carece de instalações adequadas, posto que até agora somente um pequeno número delas está dotada de foruns condignos, ainda que desprovidos de máquinas elétricas e fotocopiadoras.", fato, aliás, magnificamente exposto por S. Exa. Des. Benildes de Souza Ribeiro, em seu trabalho "Diagnóstico de um Poder Imolado", contendo os relatórios da Corregedoria Geral da Justiça nos exercícios de 1979 e 1980, referido pela antedita comissão como "definitivo, na demonstração da precariedade dos meios postos à disposição do Poder Judiciário, máxime quando se coteja suas instalações com aquelas ocupadas pelas repartições do Poder Executivo." "Denúncia séria e documentada não encontrou, todavia, até agora, eco junto aqueles que podem pôr cobro às deficiências ali denunciadas e da qual os advogados do Foro têm conhecimento por ciência própria".

Dessarte, o significado do termo eficácia, neste tema, é o de eficaz, "que produz bom resultado". Não a eficácia jurídica, propriamente, de que fala Enrico Tulio Liebman, em sua teoria sobre a coisa julgada, mas a REAL E CONCRETA SATISFAÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO ASSEGURADO COM A COMPOSIÇÃO JUSTA DO LITÍGIO.

Todos sabemos que a prestação jurisdicional, causa finalis da tutela jurisdicional, é a "composição da lide secundum ius, para dar-se a cada um o que é seu", conforme ensina J. F. Marques, in Manual do Dir. Proc. Civil, vol. I, pág. 130/131.

Mas, — e nesse "mas" se insere toda a angústia do profissional da advocacia — amiudadamente a demora na entrega da prestação jurisdicional implica em ineficácia.

O assunto me preocupa desde os tempos de acadêmico de direito, quando, após ouvir relatos de viva voz do autor, li palestra do Dr. Homero Freire, jurista de nomeada, meu professor, conselheiro nos meus primeiros passos na advocacia, companheiro de Rotary, proferida no Clube dos Advogados de Pernambuco, em 21 de maio de 1970, publicada no vol. 54 do Arquivo Forense, sobre o tema A Justiça e o Tempo. Nesse trabalho, o ilustre advogado refere, entre outros, o caso de cinco operários tuberculosos, cujo pedido de indenização tramitou durante longos 23 anos — lapso de tempo durante o qual sucumbiram à doença — e cujas viúvas, apesar de ganhar a causa, viram-se compelidas a receber miseráveis Cr\$ 10,80, eis que à época não se aplicava correção monetária a débitos judiciais, mas apenas os parcos juros de mora!

Hoje, tal distorção não mais existe, eis que já se corrigem monetariamente os débitos judiciais.

Mas, senhores magistrados, nem sempre a mera atualização da moeda significa a real e concreta satisfação do direito subjetivo assegurado com a composição justa do litígio.

A título de exemplo — e muitos semelhantes poderiam ser aqui arrolados, por mim e por todos os presentes — o caso de uma ação de indenização, de rito sumaríssimo, promovida e ganha por uma viúva, mãe de seis filhos menores, que se arrasta há seis anos, face a expedientes protelatórios da parte adversa vencida processualmente, mas vitoriosa de fato, visto como tem conseguido livrar-se do pagamento da indenização.

É fato plenamente provado que o Judiciário não dispõe de meios para se aparelhar eficientemente, como já aludido, o que impossibilita o juiz de exercer mais a contento sua nobilitante função. Entretanto, em alguns casos isto tem servido de mascaramento à inapetência ou fastio ao serviço, cansaço, etc., quando não ocorre o mais grave, que é a parcialidade disfarçada e sem possibilidade de ser provada.

Certo é que alguns processos são de maior complexidade que outros, exigindo mais acurado estudo por parte do julgador. Mas, por exemplo, nada impede que o juiz, já no saneador, designe a audiência para determinada data; determine a prisão do devedor de alimentos, expirado o prazo do mandato de intimação de pagamento sem cumprimento da ordem; determine a citação no despacho de recebimento da inicial, após o preparo, eis que o exame de admissibilidade, hoje, tem várias fases, etc.

Já tive oportunidade de advogar em vários estados brasileiros, constatando, com tristeza e certo desalento, logo superados pela minha firme vocação profissional, que o mal da morosidade é generalizado e atinge predominantemente os serventuários de justiça, com nobres exceções: O motor único, para estes, é a propina na forma dissimulada de "gratificação". Ouvi, em data recente, o relato de um oficial de justiça de que serventário de certa comarca somente preparou o expediente necessário a uma busca e apreensão depois de receber "gratificação" alentada... A respeito, concluiu a OAB — Seccão do Rio de Janeiro que: "o formalismo e a corrupção contribuem para que se aprofunde o descrédito quanto ao bom desempenho da Justiça".

Reconheço que nem sempre é possível ao juiz fiscalizar tais atos espúrios, até mesmo porque dificilmente são denunciados formalmente. Na questão dos prazos, porém, creio que o exemplo é fundamental, tanto que J. F. Marques, comentando o art. 125, II do CPC diz: "Cumpra ao juiz 'velar pela rápida solução do litígio'. . . Natural, por isso, que ele próprio obedea aos prazos da lei e atue com rapidez e presteza." (op. loc. cit., pág. 316), visto como, no dizer de Homero Freire, "ao juiz é confiada a importante tarefa de valorar a norma que aplica. . . de jeito a evitar que, pelo decurso do tempo, o justo se faça injusto", e, citando a Bergson, "o tempo jurídico também é tempo existencial".

Senhores magistrados! Têm V. Exas., no dia-a-dia de suas atividades judicantes, mesmo exercidas em precárias condições, a possibilidade de alterar esse deplorável aspecto da tutela jurisdicional.

Apelo aos senhores, pois, como advogado, em nome dos meus pares e em prol de nossos clientes, que o aprimoramento funcional, auido nesse encontro, lhes possibilite, sem descuidar a defesa dos direitos dos litigantes, imprimir celeridade aos processos, de forma a decidir os litígios com a rapidez que revestirá a entrega da prestação jurisdicional da eficácia que dela todos esperam e almejam.

(Palestra proferida no dia 02 de junho de 1984, quando do I ENCONTRO INTERESTADUAL DE MAGISTRADOS DA PARAIBA E PERNAMBUCO, no Hotel do Sol, Caruaru-PE.)

Conselho aprova parecer contra novo Código Civil

O Conselho Seccional da OAB em Pernambuco aprovou parecer do professor José Paulo Cavalcanti sobre o projeto de Código Civil. O parecer, encaminhado à presidência do Senado e aos senadores de Pernambuco, esclarece as inconveniências de uma mudança radical e sugere que sejam reformulados alguns artigos do projeto.

O parecer foi debatido em reunião do Conselho Seccional, com a participação de professores de Direito Civil, do diretor da Faculdade de Direito do Recife, Silvio Loreto, e do presidente em exercício do Instituto dos Advogados de Pernambuco, professor Everardo Luna.

O projeto do novo Código entrou em votação na Câmara Federal em maio passado e foi considerado aprovado apesar de estarem presentes apenas 34 parlamentares e a votação ter se processado apenas pelos lideranças dos partidos. O professor José Paulo Cavalcanti afirma que a aprovação da matéria como foi efetuada efere a Constituição Federal no seu artigo 31.

De acordo com o parecer, a Constituição exige para a deliberação de matéria como essa a presença da maioria dos membros da Câmara Federal. Como o número de deputados é de 479, a aprovação do projeto do novo Código Civil só teria validade, conforme o parecer, se estivessem presentes à sessão pelo menos 240 deputados.

O professor José Paulo Cavalcanti também entende que



O professor José Paulo Cavalcanti na OAB.

a substituição do atual Código Civil é injustificável, embora seja necessária a introdução de algumas modificações. Ele lembrou que a prática de alterar o Código de acordo com as exigências da realidade já vinha sendo adotada satisfatoriamente no Brasil, a exemplo do que acontece na França e Alemanha. Ele exemplificou com o Código francês, que data de 1804, e o alemão, de 1896, enquanto o brasileiro é de 1916.

“É inestimável o valor social que se destrói quando se substitui Códigos Cíveis enriquecidos pelo generalizado conhecimento que se vai progressivamente acumulando ao longo de sua vigência. À entrada em vigor de um novo Código, segue-se por muito tempo um generalizado desconhecimento do conteúdo do novo grande conjunto de normas que compõe o Código Civil, com os claros inconvenientes daí decorrentes”, salientou o professor José Paulo Cavalcanti.

Ele disse, ainda, que essa opinião é compartilhada inclusive pelo professor Miguel Reale, supervisor da comissão encarregada da elaboração do atual

projeto. Miguel Reale posicionou-se contrário à substituição do Código, mudando de idéia ao ser nomeado para a supervisão da comissão. Em 1964, o jurista afirmava que estava entre aqueles que defendiam a política legislativa orientada no sentido de introduzir no Código Civil alterações indispensáveis com o mínimo de modificação em sua estrutura.

O professor explica que a grande maioria das modificações decorre de orientações doutrinárias, de exigência da lógica, do sistema adotado de redação, de inclusão ou supressão de institutos ou de interesses de alguns que subrepticamente se incrustam no corpo da reforma, para não falar da tendência psicológica dos autores dos projetos, no sentido de mudar o que existe, ainda que na aparência, para que claramente se distinga o que se fez de novo.

Para agravar a inconveniência da completa substituição do Código Civil, diz José Paulo Cavalcanti que o projeto que tramita no Senado está cheio de erros de linguagem jurídica, conceituais e de política legislativa.

OAB não investiga Esquadrão

O representante da OAB na comissão que apura as atividades de um suposto “Esquadrão da Morte” em Pernambuco, advogado Oswaldo Oliveira do Nascimento, enviou ofício ao presidente Hélio Mariano renunciando à representação, “em face das dificuldades que encontrei em adequar a minha função própria de advogado com a atividade investigatória administrativa-penal, que é específica da Polícia Judiciária”. O presidente da Seccional já anunciou que a Ordem não indicará outro representante para a comissão.

O comunicado do advogado Oswaldo Oliveira do Nascimento ao presidente Hélio Mariano:

“Tendo sido, na qualidade de representante dessa Entidade, designado por ato do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no Diário Oficial sob o nº 1.666, no dia 29 do mês de junho último, para, em comissão com o Dr. Promotor Público, João Everaldo Guimarães Botelho, acompanhar o inquérito policial e diligências visando à apuração dos fatos e responsabilidades relacionados com o aparecimento de cadáveres com sinais de violência, na área do Grande Recife, ocorrência de que trata a Portaria nº GAB-628/84, do Secretário da Segurança Pública” — venho com o presente declinar dessa representação, em face da dificuldade que encontrei em adequar a minha função própria de advogado com a atividade investigatória administrativa-penal, que é específica da Polícia Judiciária.

Não obstante o empenho e a correção funcional como se vêm conduzindo o Delegado que preside o correspondente inquérito policial, Dr. Manoel Ricardo Pontual de Melo, e o representante do Ministério Público, Dr. João Everaldo Botelho, com vistas à apuração das infrações penais em causa e respectiva autoria, devo dizer-lhe que a prova indiciária até agora obtida se apresenta ainda insuficiente para formulação de elementos conclusivos desse mesmo inquérito policial, o que é de resto compreensível em averiguação de fatos criminosos dessa natureza, cometidos em iguais circunstâncias.

Isto posto, declarando-me honrado com a designação de V. Exa. e do Exmo. Sr. Governador do Estado para integrar a aludida Comissão e permitindo-me remeter às citadas autoridades, para o seu conhecimento e providências cabíveis, cópia deste ofício com o qual declino da representação que me foi outorgada, ponho-me afinal à disposição dessa Entidade para prestar quaisquer esclarecimentos que por ventura venham a ser julgados necessários pela sua Presidência.”

OAB promove Encontro de Advogados no Sertão

Pela primeira vez, advogados que atuam no Sertão do São Francisco, abrangendo municípios de Pernambuco e da Bahia, puderam contar com uma promoção voltada para a atualização de conhecimentos jurídicos. No início de julho, foi realizado Encontro Regional de Advogados do São Francisco, no auditório do Grande Hotel de Juazeiro.

O Encontro foi uma promoção das Seccionais de Pernambuco e da Bahia, tendo contado com a presença do presiden-

te da OAB baiana, J.J. Calmon de Passos, que foi o expositor do tema “Dinâmica do Código de Processo Civil”. Representou a Seccional de Pernambuco o conselheiro Jório Valença, coordenador das Subseções.

Ainda contando com a presença do desembargador Benildes Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Encontro do São Francisco foi aberto no dia 6 de julho com uma exposição sobre “Assembléia Nacional Constituin-

te: um dogma liberal ou um instrumento de legitimação”.

O expositor da palestra de abertura foi o professor Marcelo da Costa Pinto Neves. No mesmo dia, foram debatidos os temas “Direito do Trabalho” e “Peculiaridades do Processo Trabalhista”, através dos professores Gilberto Gomes e Rubens Mário de Macedo. No dia 7 de julho, conferência e debate em torno do tema “O Novo Código de Processo Penal”, com o professor Boris Trindade.

Tribunal realiza concurso de monografia

Estão abertas até o dia 30 de setembro as inscrições para o concurso sobre Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho. As monografias devem ser inéditas, apresentadas em quatro vias, datilografadas em espaço dois, com um mínimo de 60 laudas.

A cada vencedor será concedido o prêmio de Cr\$ 180 mil, cabendo a cada um dos segundos colocados Cr\$ 120 mil e Cr\$ 80 mil aos terceiros classificados. Aos concorrentes que alcançarem a primeira colocação serão fornecidas passagens aéreas para Brasília e retorno aos Estados de origem a fim de participarem da solenidade de premiação.

O trabalho não deverá conter assinatura ou qualquer outro elemento de identificação, exceto o pseudônimo adotado. Deve ser encaminhado com uma sobrecarta fechada que conterá o pseudônimo usado, o nome, a profissão e a assinatura do autor e data. A nota atribuída individualmente pelos julgadores não será objeto de revisão ou recurso, não podendo ser rasurada ou emendada e será sigilosa, só se divulgando a média final das monografias aprovadas.

As comissões julgadoras terão noventa dias para o exame das monografias. O prazo poderá ser dilatado a juízo do presidente do TST em face do número de monografias concorrentes ou de sobrecarga das tarefas normais dos ministros. O TST poderá publicar em sua revista as monografias premiadas.

Associação tem nova diretoria

A Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco tem nova diretoria. Para o biênio 1984/1986, foi eleito Milton Tavares de Melo, presidente; Ubirajara Emanuel Tavares de Melo, vice; Clóvis Correia Albuquerque, 1º secretário; José Hugo dos Santos, 2º secretário; José Maria de Almeida, 1º tesoureiro; Severino José de Oliveira, 2º tesoureiro. Como representante na ABRAT, foi eleita Maria da Conceição de Barros e Silva. A Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco funciona na sobreloja do Tribunal Regional do Trabalho, no Recife.

Advogado comunica ameaça ao Conselho Seccional

Em carta dirigida ao Presidente Hélio Mariano, o advogado Virgílio Campos solicitou que fossem comunicadas oficialmente ao Conselho Seccional e ao Conselho Federal da OAB as ameaças que ele e toda a família receberam, em carta dirigida à sua esposa, a Procuradora da República Dalva Campos.

Conforme foi amplamente divulgado no início de julho, a Procuradora recebeu uma carta dando conta de que estaria sendo feito um levantamento do itinerário de seus filhos "para fazer um possível seqüestro". Também

a carta anônima dizia que uma vingança iria ser feita com o marido da Procuradora, o advogado Virgílio Campos.

Já na próxima reunião ordinária do Conselho, o presidente Hélio Mariano deverá apresentar a carta do advogado, para a adoção de providências oficiais da Ordem. Igualmente, o presidente informou que irá encaminhar a carta ao Conselho Federal, conforme solicitado.

Na íntegra, a carta do advogado Virgílio Campos.

"Ainda está bem viva na memória de todos a indescritível tragédia que se abateu sobre o nosso pranteado e ilustre colega Dr. Pedro Jorge de Melo e Silva.

A sociedade pernambucana, secundada por toda a opinião pública nacional, soube reagir com altivez à brutal arrogância e desativada prepotência daqueles que, cevados na impunidade e num verdadeiro aparato a serviço do crime, julgam-se acima da lei e do mínimo ético indispensável à convivência social.

Na apuração do crime hediondo, surgiram fatos que levaram à instauração de outras ações penais contra os implicados, nelas funcionando, na qualidade de órgão do Ministério Público, a minha esposa, Procuradora da República, Dalva Bezerra de Almeida Campos.

Ocorre, Sr. Presidente, que o simples cumprimento do dever legal tornou-se, nos dias que correm, façanha das mais perigosas em nossa terra; agentes da lei e do organismo estatal, sejam eles órgãos do Ministério Público, Delegados de Polícia, Juízes, Parlamentares, estão sujeitos não apenas a ameaças mas a atentados brutais, como os que ilustram, ou deslustram, a nossa história recente.

É do geral conhecimento as ameaças feitas ao íntegro Juiz Federal Petrúcio Ferreira da Silva pela sua destemida atuação na punição de notórios delinquentes, acobertados por forças misteriosas e insondáveis.

Mais recentemente, a imprensa, o rádio e a televisão, tornaram público a existência de um "complô", solertemente tramado contra a minha esposa, a minha pessoa e a pessoas de meus filhos menores. Sou profundamente grato ao de-

nunciante se o fato for verdadeiro. Além de me pôr de sobreaviso, permitindo-me adotar as necessárias medidas de segurança, bem qualifica a nefanda conspiração, se é que ela efetivamente existe, de "cachorrada".

A denúncia relata, com riqueza de detalhes, o frio julgamento, feito pelos possíveis conspiradores, de que sou uma "presa fácil". Realmente o sou. Não a ponto de andar desarmado e sem o espírito atento, mas no sentido de que, como todo cidadão de bem deste Estado, ando só e a pé pelo centro da cidade, freqüentando o foro e cuidado dos meus afazeres profissionais, confiante, apenas, na proteção da autoridade pública. Esta acha-se informada dos fatos, especialmente a Polícia Federal, a quem a sociedade pernambucana deve enorme preito de gratidão.

Todavia, além de se tratar de uma denúncia anônima, cuja credibilidade deve ser necessariamente restrita, é possível que tudo não passe de um embuste, visando desviar atenções. Não tenho razões para julgar culpadas as pessoas nominadas no mencionado "aviso-denúncia". Não as conheço pessoalmente nem com elas jamais tive quaisquer contactos. Minha esposa conhece duas delas de processos judiciais, nos quais atuou por força do seu exercício profissional. Dessas duas, uma, o Sr. José Ferreira dos Anjos, acha-se condenada pela Justiça e, como é óbvio, usando dos recursos processuais cabíveis no sentido de provar a sua inocência, além do que, como é notório, encontra-se ausente do palco dos acontecimentos.

A outra, o Dr. Laerte Pedrosa, esteve em audiência como testemunha da acusação em processo absolutamente distinto. Isto significa que seu papel foi de auxiliar o Ministério Público na consecução da Justiça, para isso indicado pela minha esposa. Tanto ele como o terceiro nominado, Dr. Roberto de Souza Leão, são pessoas gradas e respeitáveis, pertencentes a tradicionais famílias do nosso Estado, onde desempenham importantes funções no setor produtivo da economia. É difícil acreditar possam se mancomunar com delinquentes numa empreitada tão sinistra.

De qualquer forma, mesmo que infundadas sejam as suspeitas levantadas, fato concreto é que fui seguido e ameaçado na minha pessoa e nas pessoas da minha família. Alguém há que ter interesse nisso tudo, quaisquer que sejam os fins objetivados.

Pondo V.Sa. ao corrente dos fatos, espero que os mesmos sejam oficialmente comunicados ao Conselho Seccional dessa OAB, assim como ao Conselho Federal, através do seu ilustre Presidente.

Desconheço o medo, e a covardia não é um dos meus defeitos, mas tenho o dever ético e legal de preservar a minha existência e a integridade dos meus familiares, bens indisponíveis tutelados pela ordem jurídica.

Certo do apoio e compreensão de V.Sa. e dos colegas que compõem o Conselho Seccional da OAB, sirvo-me da oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de estima e elevada consideração.

Virgílio Campos